

Maria José Vitorino Gonçalves

**BIBLIOTECAS, MEDIATECAS,
CENTROS DE RECURSOS NAS
ESCOLAS - COM QUEM ?**

**Orientações de apoio à concepção e gestão de
formação contínua de professores**

Lisboa
Julho 1998

Sumário

	Pg
<i>Agradecimentos</i>	3
Introdução	4
1 Definir Prioridades	6
2 Identificar destinatários	7
3 Garantir formadores	8
4 Assegurar condições materiais	10
5 Concretizar ofertas de formação	
5.1. Os contextos de formação	11
5.2. Formação de utilizadores	12
5.2. Formação de equipas dinamizadoras	12
6 Legislação de referência	16
7 X Bibliografia	17
<i>Anexos</i>	
I – <i>Modalidades de Formação</i>	19
II – <i>Lista de Verificação de Competências</i>	20
III- <i>Manifesto da Unesco</i>	22
IV- <i>Declaração da IASL</i>	24
V – <i>Rede de Bibliotecas Escolares, 1998</i>	28
VI - <i>Endereços úteis</i>	37

Agradecimentos

Alda Vicente, Ana Maria Pessoa, António José Pina Falcão, Celeste Cunha, Elsa Conde, Fernanda Moreira, Lúcia Branco, Lucília Santos, Lurdes Fragateiro, Maria José Malo, Natália Caseiro, Paula Ochôa, Teresa Calçada

Introdução

Este trabalho, realizado em Junho de 1998 por proposta do Gabinete Coordenador da Rede de Bibliotecas Escolares, destina-se sobretudo a apoiar os responsáveis pelas entidades formadoras de professores, definidas no Regime Jurídico da Formação Contínua de Professores, a programar e desenvolver ofertas de formação sobre bibliotecas, mediatecas e centros de recursos nas escolas.

Tratar-se-á de formação contínua de professores, não se abrangendo a formação inicial, nem a formação especializada de professores.

A proposta do Gabinete fundamenta-se em prioridades e necessidades.

As prioridades decorrem da própria existência do programa de Rede de Bibliotecas, incentivando o lançamento de bibliotecas, desenvolvidas pelos órgãos de gestão das escolas, como medida de política educativa mobilizadora de recursos a nível :

- a) nacional - Ministérios da Educação e da Cultura (articulação com a Rede de Leitura Pública) ;
- b) regional – Direcções Regionais de Educação, instituições de formação vocacionadas para a preparação das equipas educativas envolvidas ;
- c) local - Câmaras Municipais (incluindo, nomeadamente, a prestação de serviços de apoio às bibliotecas escolares pelas Bibliotecas Municipais), Associações de Escolas e seus Centros de Formação.

As necessidades decorrem da ausência de experiência institucional - e de investimento oficial - nesta matéria.

Intervir no campo das bibliotecas escolares sem desenvolver formação de recursos humanos, docentes e não docentes, é trabalhar às cegas. Neste como noutros campos, a formação de professores é um investimento indispensável, e haverá que proceder à sua gestão com o maior rigor possível.

Esta é uma área considerada prioritária no Regulamento Jurídico da Formação Contínua de Professores - artº 6º, ponto 3, alínea 1) . O Conselho Científico da Formação Contínua atribuiu-lhe o código C19, integrando-o na Área de Prática e Investigação Pedagógica e Didáctica. O Programa FOCO prevê verbas dedicadas a Formação Contínua no domínio das Bibliotecas Escolares.

No entanto, as entidades formadoras têm encontrado dificuldades em concretizar ofertas neste campo, em qualidade e em quantidade. Para tal contribui a escassez de trabalhos de investigação sobre a temática das bibliotecas/centros de recursos escolares, mesmo por parte de instituições de ensino superior, origem de muitos formadores de professores. Será também de considerar que o trabalho em projectos nesta área corresponde geralmente a opções pedagógicas distantes de modelos tradicionais, e nem sempre consensuais nas escolas.

Trata-se de um domínio que tem vindo a revelar crescente importância nos projectos desenvolvidos pelas escolas - como é visível, nomeadamente, nas candidaturas à Rede de Bibliotecas Escolares, a programas como o Nónio ou a concursos como os do Instituto de Inovação Educacional, entre outros.

A necessidade de trabalho no campo das bibliotecas escolares resulta, em parte, de factores externos à escola - a Sociedade de Informação, as novas tecnologias da comunicação e da informação, a explosão documental, os índices de iliteracia .

A actualidade da temática reflecte igualmente a evolução da própria instituição escolar - como o demonstram os inúmeros projectos neste campo que se promovem por todo o País, indicadores do papel da Pedagogia da Documentação no desenvolvimento curricular e nas práticas de muitos docentes, na sala de aula mas também no território educativo que a integra e ultrapassa. A auto-formação desenvolvida pelas equipas envolvidas nestes projectos revela o interesse destes profissionais, mas não basta.

Espera-se que este contributo, com contornos predominantemente práticos, ajude as entidades formadoras sensibilizadas para estes problemas a mobilizar recursos de modo efectivo, promovendo a formação acrescida de agentes educativos e, simultaneamente, construindo condições de investimento real na melhoria do sistema educativo e das aprendizagens indispensáveis para a Sociedade do séc.XXI.

Em anexos, incluem-se alguns documentos e informações complementares, que poderão ajudar à concretização dos programas de formação.

1 Definir prioridades

Trata-se de contextualizar esta área de intervenção e a sua importância, enquanto necessidade do sistema educativo, das escolas e dos professores, e enquanto escolha, das escolas, das equipas educativas e dos professores com determinadas opções pedagógicas e/ou profissionais.

A formação de professores neste campo tem um impacto previsível, em termos de qualidade, nas condições funcionais e nas práticas pedagógicas nas escolas. De acordo com a valorização atribuída a um tal impacto, cada entidade formadora incluirá a bibliotecas/centros de recursos como prioridade no Plano de Formação.

Quanto mais informada e consciente tiver sido esta reflexão, por parte dos responsáveis pelas entidades formadoras, maior segurança haverá nas decisões a tomar, incluindo as que visem a cooperação com outras entidades a nível local (Câmara Municipal, Biblioteca Municipal), regional (Serviços Regionais do Ministério da Educação, Instituições de Formação) e nacional (Gabinete Coordenador da Rede de Bibliotecas Escolares, por ex.).

2 Identificar destinatários

Sabe-se como é importante direccionar correctamente as ofertas de formação.

Para tal, há que identificar, no território de influência de cada entidade formadora, as *necessidades de formação* nesta área e as *vitalidades* reveladas através de projectos já desenvolvidos, quase sempre com componentes de auto-formação que convirá conhecer.

Há que conhecer com o maior rigor possível quem são os destinatários da formação que se pretende, e em que podemos distinguir três grupos :

- a) de modo geral, todos os professores/educadores, considerados enquanto utilizadores de biblioteca/centro de recursos e, enquanto utilizadores/produtores de informação, alvo de formação adequada ;
- b) com particular acuidade, os professores/educadores mais vocacionados para a intervenção nas equipas educativas responsáveis por projectos de bibliotecas / centros de recursos escolares, de todos os graus, níveis ou grupos de ensino, com ou sem formação anterior ;
- c) noutra perspectiva, os decisores responsáveis pela gestão e administração educativa, nas escolas ou nas autarquias - da sua sensibilização depende o desenvolvimento de projectos em que a formação proposta para as equipas tenha consequência e aplicação.

Esta área de formação relaciona-se directamente com um Programa do Ministério da Educação, promovido a nível nacional, pelo que convirá dar prioridade a formandos que venham desenvolvendo, e se proponham desenvolver, trabalho neste campo nas escolas e centros educativos, do pré-escolar ao secundário, bem como valorizar os que já tiverem adquirido formação relacionada com as bibliotecas escolares/centros de recursos.

Encontram-se professores, de todos os grupos, ciclos de ensino, e momentos da carreira, envolvidos - e interessados - neste campo, com maior ou menor investimento na formação específica ou relacionada.

A selecção dos destinatários, quer pela definição de públicos-alvo, quer pela definição de critérios e pré-requisitos para admissão de formandos, poderá assim apoiar opções já realizadas pelos professores, reforçando os projectos nas escolas, e, ao mesmo tempo, rentabilizar recursos, adequando as ofertas aos diferentes níveis de preparação prévia dos candidatos.

3 Garantir formadores

Do perfil dos formadores depende boa parte do êxito dos programas de formação.

Importará assegurar uma bolsa de formadores, com competência técnica, científica e pedagógica neste domínio.

Em certos casos, garantir formadores pode ajudar desde logo a identificar destinatários. Os formadores podem colaborar no diagnóstico das necessidades e dos recursos existentes no território concreto de cada entidade formadora. Se não houver formadores, dificilmente há formação, havendo que ajustar em cada caso os programas a desenvolver, incluindo, em certas condições, a opção pela formação a distância, com recurso quer a deslocações - o que condiciona, por exemplo, o horário e o calendário das acções a propor - quer a modalidades de apoio por correspondência (convencional ou via internet).

Há, pois, que identificar, de modo realista, os recursos disponibilizáveis, constituindo uma bolsa de formadores potenciais : professores responsáveis por biblioteca/centro de recursos, bibliotecários de leitura pública ou outros com experiência de trabalho neste campo, outros professores e/ou profissionais da informação e da documentação envolvidos ou envolvíveis em trabalho nas e com as bibliotecas escolares.

Para lá da verificação dos requisitos previstos na Lei, haverá que ter em conta, na selecção dos formadores, a já antes referida ligação entre a formação neste domínio e um programa a nível nacional - a rede de bibliotecas escolares - que necessita de boas condições de colaboração a nível local.

A preparação em ciências documentais, e ainda em campos como os das tecnologias educativas, da produção de informação e da gestão pedagógica, são de considerar, bem como a experiência de trabalho em, e com, bibliotecas escolares/centros de recursos.

Do ponto de vista da entidade formadora, importará salvaguardar a qualidade, garantindo, a par de saberes técnicos e pedagógicos, e das qualificações formalmente exigidas, a experiência real nesta área, bem como a adequação dos formadores à modalidade escolhida. Não é o mesmo desempenhar estas funções num curso à distância ou num outro presencial, num módulo de formação ou num círculo de estudos.

Muito depende da colaboração entre as escolas (e as suas equipas) e outros recursos existentes - e aqui a sensibilização quer da autarquia, quer de escolas com maior experiência neste campo, quer, muito especialmente, das bibliotecas municipais, pode fazer muita diferença. Esta colaboração é favorecida pelo envolvimento, nas propostas de formação, dos profissionais locais com investimento no domínio das bibliotecas e centros de recursos - quer nas bibliotecas municipais, quer nas escolas com

experiências realizadas. Recorrer a outros formadores, sem tentar a colaboração destes, pode, inadvertidamente, e numa fase de arranque, criar dificuldades sem necessidade, e prejudicar o impacto da formação.

Dada a escassez de oferta em Portugal de mestrados, doutoramentos, e diplomas de estudos especializados nesta área, este é um dos maiores problemas a resolver pelas entidades formadoras, se pretenderem realizar formação de qualidade

4 Assegurar condições materiais

Antes de construir as ofertas concretas de formação, convirá verificar as condições existentes, ou a conseguir em tempo útil, recorrendo a financiamentos ou a cooperação com outras entidades, para as diferentes opções possíveis.

No caso da formação presencial, convém prever instalações com um mínimo de equipamento, que, neste caso, deverá incluir computadores e acesso a Internet. Nesta área de formação, os computadores são importantes, bem como o acesso a software especializado para bibliotecas.

Não se podem ignorar os problemas da informatização dos fundos documentais, ou os da gestão de suportes informáticos, incluindo a informação via-internet. A maior segurança nestes aspectos valoriza e reforça a capacidade de organização e dinamização de materiais impressos, audiovisuais, etc.

Para além do estudo de casos e da concretização de visitas a bibliotecas, mediatecas e centros de recursos em funcionamento em escolas, dever-se-á contemplar a possibilidade de visionamento de video-registos, disponíveis em algumas bibliotecas especializadas, como, por exemplo, a Mediateca do Instituto de Inovação Educacional (Lisboa), a Biblioteca do British Council (Lisboa, Porto, Coimbra), a do Institut Franco-Portugais, a do Bureau d'Action Linguistique e a do Instituto Cervantes (todas em Lisboa), ou outras. As entidades formadoras localizadas na zona raiana poderão ainda solicitar a colaboração dos Centros de Recursos de Professores espanhóis, quer para empréstimo de documentos, quer para efectivação de visitas.

Sempre que possível, devem escolher-se locais valorizadores para concretizar estas acções de formação, como bibliotecas/centros de recursos escolares bem equipados, bibliotecas de leitura pública ou outras unidades documentais acessíveis, e em que o bom funcionamento facilite a integração das aprendizagens pretendidas.

5 Concretizar ofertas de formação

5.1. Os contextos da formação

A biblioteca/centro de recursos está no coração da escola ou centro educativo, mas também se abre ao exterior. A informação circula interna e externamente, criando situações de comunicação entre pessoas, o que implica uma organização, uma gestão dos recursos e dos fluxos de informação, através de técnicas adequadas e de acordo com critérios pedagógicamente fundamentados.

Os professores que trabalhem neste campo funcionarão como gestores de recursos educativos, incluindo aqui, também, recursos humanos. Esta gestão, efectuada no interior da escola, realiza-se sempre numa perspectiva pedagógica, integrada no seu projecto educativo.

Estes professores desempenham ainda, com frequência, funções transdisciplinares de formação dos alunos nos métodos de trabalho intelectual, promovendo a aquisição de competências de recolha, tratamento e produção de informação.

Contribuem para que os alunos se orientem na biblioteca escolar, conheçam os seus recursos e os diferentes tipos de documentos, definam um tema de pesquisa e o traduzam em palavras - chave, utilizem as fontes de informação, seleccionem documentos pertinentes para a sua pesquisa, leiam e entendam as informações neles contidas, organizem logicamente os dados recolhidos em função de uma comunicação final, através de técnicas que lhe são ensinadas, e adquiram hábitos de leitura e gosto por ler.

Como já se atrás se refere, convém diferenciar três grupos de destinatários desta formação :

- a) os que não têm nenhum empenhamento particular em projectos de organização e animação de bibliotecas, mediatecas ou centros de recursos - mas podem ser objecto de formação enquanto utilizadores destes recursos ;
- b) os que pretendem desenvolver um maior investimento neste domínio, integrados em equipas educativas com investimento nesta área, privilegiando-a no seu percurso individual de formação ;
- c) os decisores responsáveis pela gestão e administração de escolas e/ou serviços autárquicos, que requerem formação sobretudo a nível de sensibilização para esta problemática .

No último caso, cada entidade formadora estudará o figurino mais adequado, privilegiando a sensibilização destes intervenientes.

Nos dois primeiros casos, poderá desenvolver-se formação de diferentes níveis, dependendo do ponto de partida dos formandos e dos recursos mobilizáveis (tempo, equipamentos, formadores).

Pretende-se, sempre, e de acordo com os documentos oficiais orientadores da formação contínua de professores, melhorar a qualidade do desempenho dos docentes, enquanto responsáveis num processo de mudança e de desenvolvimento do sistema educativo, pelo apoio à realização de formação profissional acrescida

A título meramente indicativo, apresentam-se algumas propostas para estes destinatários, a desenvolver ao longo de uma iniciativa ou de uma sequência de iniciativas de formação.

5.2. Formação de utilizadores

Pretende-se, neste caso, promover competências enquanto utilizadores e produtores de informação, de modo a permitir a formação progressiva de interlocutores mais qualificados nas escolas para projectos de promoção de bibliotecas escolares/centros de recursos.

Os docentes que tiverem obtido uma formação acrescida neste campo serão, assim, utilizadores mais atentos e exigentes das bibliotecas escolares existentes ou a criar e, simultaneamente, potenciais parceiros ou, pelo menos, colaboradores no seu desenvolvimento na escola/centro educativo, enquanto agentes educativos com diferentes papéis na gestão do projecto educativo

Nesta formação, dirigida a professores de qualquer nível ou grau de ensino, não necessariamente motivados para o trabalho em equipas directamente envolvidas com a biblioteca escolar, pretende-se que os formandos :

1. Tomem consciência das suas necessidades de informação e de recursos educativos
2. Promovam a utilização desses mesmos recursos nas suas práticas pedagógicas correntes
3. Utilizem efectivamente a biblioteca escolar ou centro de recursos
4. Localizem a informação de que carecem
5. Produzam recursos educativos
6. Ajudem os alunos a utilizar fontes de informação diversificadas
7. Estimulem o prazer da leitura

A familiaridade com ambiente Windows, enquanto utilizadores, é um pré-requisito a considerar para estes formandos.

Esta formação, com importante componente prática, poderá ser realizada através de módulos de formação, ou outras modalidades, dedicados a diferentes aspectos, prevendo-se acções de formação de, pelo menos, 50 horas de formação cada..

5.3. Formação de equipas dinamizadoras

Trata-se, neste caso, de promover formação nos domínios relacionados especificamente com a promoção de bibliotecas escolares e com a qualificação de docentes para desempenho de funções no âmbito dos projectos com esta relacionados.

Esta formação incidirá necessariamente em três vertentes : Ciências da Informação e da Documentação, Gestão e Pedagogia.

Através das diferentes modalidades de formação disponibilizadas, os professores interessados neste domínio de trabalho na escola/centro educativo deverão ficar aptos a :

1. Apreciar e compreender a utilização da informação no ensino e na aprendizagem
2. Aplicar princípios e práticas pedagógicos na biblioteca escolar ou centro de recursos, de modo a apoiar e enriquecer o projecto educativo da escola/centro educativo
3. Ajudar os alunos e o pessoal docente e não docente a utilizar a informação
4. Analisar e utilizar fontes de informação, desenvolvendo uma colecção que vá de encontro às necessidades de informação, bem como serviços para alunos, pessoal docente e não docente

5. Compreender o papel e as funções da biblioteca escolar/centro de recursos e o papel e as tarefas do responsável pela biblioteca (quando exista), e/ou da equipa envolvida na biblioteca escolar, face a outros tipos de biblioteca e de profissionais da informação
6. Seleccionar, avaliar e utilizar recursos informativos, e a biblioteca em particular, no ensino/aprendizagem desenvolvido na escola
7. Desenvolver, organizar e gerir a biblioteca escolar ou centro de recursos e os serviços de informação para apoiar os objectivos definidos no projecto educativo da escola/centro educativo
8. Fornecer recursos e serviços que desenvolvam entre os alunos o prazer de ler e as competências de leitura, envolvendo diferentes suportes.

Os pré-requisitos para estes formandos passam por :

- a) experiência anterior neste domínio ;
- b) formação anterior neste campo ;
- c) empenhamento em projectos nas escolas ;
- d) domínio do ambiente windows, como utilizador, incluindo, preferencialmente, a utilização da internet.

Quando estes pré-requisitos não se verificarem, deverá ajustar-se a formação para colmatar as lacunas existentes.

A Unesco desenvolveu, há alguns anos, um projecto de formação com estas finalidades (cf. Bibliografia), prevendo cerca de 220 h, desenvolvidos ao longo de 3 anos lectivos, para os 6 módulos desenhados. Tal curso não era uma especialização, destinando-se apenas a professores que optaram por dar maior relevo a este campo na sua formação. Estes professores teriam, assim, condições para colaborar quer com outros docentes quer com bibliotecários e outros profissionais na concretização da rede de bibliotecas escolares/centros de recursos.

As modalidades de formação (cf. anexo I) devem ser diversificadas, sendo neste domínio de valorizar metodologias como os exercícios práticos, o estudo de casos e as visitas de estudo. As propostas de círculos de estudo ou oficinas de formação sugerem maior aprofundamento, correspondendo a níveis em que a determinação do impacto da formação é particularmente importante.

O menor número de formandos previsto nestas modalidades corresponde ao seu tipo de exigência e, igualmente, a opções de maior compromisso quanto ao seu percurso profissional, pelo que justificam um investimento mais significativo.

As modalidades mais interessantes de um ponto de vista da formação centrada na escola, e na resolução de problemas, são também as mais exigentes quanto ao perfil dos formadores, pelo que convirá ajustar os programas não só às necessidades e expectativas dos potenciais formandos como aos recursos reais de cada entidade formadora.

Em caso algum devemos considerar que é possível cumprir-se este programa com ofertas de curta duração. Ninguém adquire preparação para intervir neste domínio na escola com 30 ou 40 horas de formação.

No caso dos módulos de formação, convirá, até pela componente prática que é essencial, prever unidades de 50, ou mais, horas, contemplando diferentes objectivos dos referidos acima.

Pretende-se rentabilizar os formadores disponíveis, e ao mesmo tempo permitir a definição de um investimento forte neste campo pelos formandos. É assim possível orientar a frequência, sequencial e complementar, de módulos, oficinas de formação, círculos de estudos ou outras modalidades, concretizando assim propostas de maior duração, através de ofertas diversificadas e ajustáveis.

A formação a distância poderá ser contemplada por algumas entidades formadoras, quer individualmente, quer em parceria com outras instituições. Há já alguns exemplos noutros países, que poderão ser consultados através da Internet (cf. IASL International Association of School Librarianship - Anexo VI) . No entanto, é muito importante a existência de ofertas de formação presencial, tanto mais que a Rede de Bibliotecas Escolares avança, desde 1996, com base concelhia (cf. Anexo V). Uma experiência de formação comum, quando bem sucedida, pode ser o início - ou o estreitamento - de cooperação entre professores, entre escolas, entre bibliotecas... Em algumas modalidades, como as de estágio ou projecto, ou a de círculo de estudos, o âmbito geográfico pode mesmo apoiar a definição do impacto da formação (um requisito formal previsto no artº 12º do Regulamento Jurídico da Formação Contínua).

A duração mínima de cada módulo, bem como a previsão do desenvolvimento do percurso completo da formação por não mais de dois anos lectivos são requisitos impostos tanto pelo objecto de formação como pela pretensão de utilidade da mesma em intervenções na escola e nas práticas pedagógicas, na comunidade e na cooperação inter-institucional , nomeadamente com a Rede de Leitura Pública.

A cada modalidade de formação correspondem perfis de formador e de formando diferenciados, não nos pré-requisitos essenciais, já atrás referidos, mas no peso das diferentes componentes destes pré-requisitos.

Para ser formando num círculo de estudos, são factores facilitadores da aprendizagem as experiências já realizadas, o empenhamento em projectos em curso ou previstos a curto prazo, alguma formação prévia, e a disponibilidade horária para as sessões ao longo do ano. Para ser formador do mesmo círculo de estudos, convirá, além de preparação pedagógica, e de formação específica já referida, ter tido experiência de trabalho com bibliotecas escolares/centros de recursos, e disponibilidade que permita funcionar como recurso activo para todos os formandos.

No caso de um módulo de formação, por exemplo, já não serão tão relevantes estas características, devido às metodologias que aqui usualmente se preferem.

As propostas de formação mais bem sucedidas serão as que consigam ajustar estes perfis às características de cada modalidade.

Para clarificar este ponto, apresentam-se três quadros, em que se atribui um grau de exigência (mínimo, médio, forte, máximo) para cada componente, em cada modalidade, no que se refere a pré-requisitos de formandos e formadores.

No último quadro, é visível a gradação de exigência das diferentes modalidades.

Quadro A - Pré-requisitos / Formandos

<i>Modalidade</i>	<i>Formação prévia</i>	<i>Experiência anterior</i>	<i>Empenhamento - Projectos de escola</i>
Círculos de estudos	Máximo	Máximo	Forte
Cursos / Módulos de Formação	Mínimo	Mínimo	Médio
Estágios	Médio	Forte	Forte
Oficinas de formação	Médio	Médio	Forte
Projectos	Forte	Forte	Máximo
Seminários	Máximo	Máximo	Forte

Quadro B - Pré-requisitos / Formadores

<i>Modalidade</i>	<i>Experiência com bibliot./c. recursos</i>	<i>Formação C. Documentação e Informação</i>	<i>Formação Gestão de recursos</i>
Círculos de estudos	Forte	Forte	Forte
Cursos / Módulos de Formação	Médio	Médio	Médio
Estágios	Máximo	Forte	Forte
Oficinas de formação	Forte	Forte	Forte
Projectos	Máximo	Forte	Forte
Seminários	Médio	Forte	Forte

Quadro C - Modalidades / Critérios de exigência de pré-requisitos

<i>Modalidades</i>	<i>Formandos</i>	<i>Formadores</i>
Círculos de estudos	Máximo	Forte
Cursos / Módulos de Formação	Mínimo	Médio
Estágios	Forte	Forte
Oficinas de formação	Médio	Forte
Projectos	Forte	Forte
Seminários	Máximo	Forte

6 Legislação de Referência

- Decreto-Lei nº 249/92, de 9 de Novembro
- Lei nº 60/93, de 20 de Agosto
- Decreto-Lei nº 274/94, de 28 de Outubro
- Decreto-Lei nº 207/96, de 2 de Novembro
- Decreto Regulamentar 15/96, de 23 de Novembro
- Portaria 745-A/96, de 16 de Dezembro
- Despacho Normativo 53-A/96, de 17 de Dezembro
- Despacho Conjunto 364-A/97, de 15 de Outubro
- Despacho Conjunto nº 91/98 ME/MQE

7 Bibliografia

AMIGUINHO, A. e CANÁRIO, R., orgs. - *Escolas e mudança : o papel dos centros de formação*. Lisboa : Educa, 1990

CANÁRIO, Rui. - *Desenvolvimento de bibliotecas escolares e formação contínua de professores*. Lisboa : Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento do Ministério da Educação, 1998

CALIXTO, José António. - *A biblioteca escolar e a sociedade da informação*. Lisboa : Caminho, 1996

CHAPRON, Françoise, e TREUT, Michel, org. - *Propositions pour la formation des documentalistes-bibliothécaires des cdi des lycées et collèges (Texto fotocopiado)*. Paris : FADBEN, 1989

HANNESDOTTIR, Sigrun Klara, compil. - *School librarians: guidelines for competency requirements*. Haia : IFLA - Section of School Libraries, 1995

HERRING, James E. - *School librarianship*. 2nd ed.. London : Library Association, 1988

LANÇAR A REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES / coord. Isabel Veiga ... [et al.] ; colab. Cristina Barroso... [et al.]. Lisboa : Ministério da Educação, 1996

LANÇAR A REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES : RELATÓRIO SÍNTESE / coord. Isabel Veiga ... [et al.]. Lisboa : Ministério da Educação, 1997

MANIFESTO DA UNESCO SOBRE MEDIATECAS ESCOLARES. In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 4, Braga, 1992. - *Informação ciência cultura : bibliotecas e arquivos para o ano 2000 : actas*. Braga, BAD, 1992. 2º vol., p.512-513

PESSOA, Ana Maria. - *A biblioteca escolar : organização para uma pedagogia diferente do 1º ciclo do ensino básico ao final do ensino secundário*. Porto : Campo das Letras, 1994

SOUTH PACIFIC REGION PILOT PROJECT ON SCHOOL LIBRARY DEVELOPMENT : TRAINING PROGRAMMES FOR TEACHERS. Paris : UNESCO, 1984 (PGI-84/WSW/13)

Modalidades de Formação

Notas prévias :

Não consideradas : formação especializada, disciplinas em instituição de ensino superior.

Duração mínima das acções de formação : 25 h (1 crédito)

Modalidade	Duração mínima	Formandos (mín.-máx.)	Observações
Cursos de formação	25 h	20-30	
Módulos de formação	25 h	20-30	
Oficinas de formação	1 ano lectivo no máx. : inclui 15-50 h de sessões presenciais conjuntas	10-20	
Seminários	3 h / semana 12 a 20 semanas = 36 a 60 h	7-15	Requer um director de investigação : cf. artº 31, 1-a) a d) ou 3, do RJFC ; exige ensaio escrito individual sobre estudos realizados ou relatório científico da investigação produzida durante o seminário.
Estágios	1 ano lectivo no máx. : inclui 15-30 h de sessões presenciais conjuntas	2-5 por orientador	Creditação de horas com critérios específicos (1 h. sessão presencial = 3 para efeitos de creditação). Carece de aprovação de órgãos de gestão da escola.
Projectos	42 semanas (1 ano lectivo) ou vários anos inc. 15-50 h. de sessões presenciais conjuntas	7-15 10 pessoas =2 orientadores	Disponibilidade de 3,5 h/sem. de cada formando = 150 h /ano. Recurso a 1 (até 5 formandos) ou mais orientadores, mestres ou formadores c/experiência relevante reconhecido pelo CCFC. Creditação de horas com critérios específicos (1 h. sessão presencial = 3 para efeitos de creditação). Avaliação final por especialista externo. Implica relatórios trimestrais e final. Todos os participantes são proponentes.
Círculos de estudos	nº horas / 25 x 1 crédito Máx. : 2 créditos (i.e., 50 hs ao longo de 20 semanas)	10-15	Requer, primeiro, definição objectivos e temática (acreditação provisória), e, mais tarde, de conteúdos sujeitos a tratamento durante o círculo (acreditação definitiva) Atenção aos pré requisitos referidos nas alíneas a) b) e c) ponto 3, artº 5 RJFC :

RJFC : Regulamento Jurídico da Formação Contínua

CCFC : Conselho Científico da Formação Contínua

Anexo II

Lista de Verificação de Competências

Esta lista, aplicável aos candidatos a formandos, e divulgada em orientações da IFLA (International Federation of Library Associations), auxilia a identificação de necessidades de formação nas vertentes - e nos níveis - que se referem no texto.

Vertente	A. Documentação e informação	B. Gestão	C. Pedagogia
Nível I	Desenvolvimento da colecção, selecção e produção de recursos.	Concepção e concretização de políticas de desenvolvimento, incluindo avaliação, supervisão e mudança.	Cooperação no projecto educativo e na gestão de curricula na escola. Promoção de autonomia na aprendizagem.
Nível II	Aquisição e organização dos recursos. Informatização.	Gestão de recursos, (incluindo recursos humanos, preservação e manutenção).	Integração no curriculum das competências de tratamento / produção de informação.
Nível III	Promoção de serviços de informação para professores, pessoal não docente e alunos.	Financiamentos, controlo de orçamentos, contabilidade e relatório.	Orientação e promoção da exercício efectivo das competências de informação.

Lista de Verificação de Competências

Níveis de aprofundamento		Nível Básico	Nível Intermédio	Nível Elevado
A. DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO				
A-I	Desenvolvimento da Colecção			
	Criação de uma política de aquisições			
	Avaliação de fontes			
	Critérios de doações			
	Esboço e produções de fontes			
A-II	Aquisição e organização			
	Ordenação, recepção e processamento			
	Classificação			
	Catálogo			
	Indexação			
	Seleção de programas de computador			
A-III	Serviços de Informação			
	Avaliação de necessidades de informação			
	Esboço de serviços de informação			
	Orientação para fontes			
	Circulação / reservas			

	Partilha de fontes			
	Empréstimo inter-bibliotecas			
	Utilização de tecnologia avançada			
B. GESTÃO				
B-I	Política de desenvolvimento e implementação			
	Políticas e programas			
	Estabelecimento de metas			
	Esboço de estratégias			
	Modificação e mudança			
	Avaliação			
	Envolvimento da comunidade			
B-II	Gestão de recursos			
	Organização e desenvolvimento			
	Supervisão			
	Utilização efectiva do espaço			
	Preservação de serviços			
B-III	Finanças e controlo do orçamento			
	Assegurando o controlo financeiro			
	Controlo do orçamento			
	Relatando			
C. PEDAGOGIA				
C-I	Cooperação no desenvolvimento curricular			
	Participação no curriculum			
	Promoção da auto-aprendizagem			
	Enriquecimento do curriculum			
	Parceiros no ensino			
	Aplicação de teorias da aprendizagem			
C-II	Integração da utilização da perícia de informação			
	Análise das necessidades de informação			
	Integração da perícia de informação			
	Assistência à utilização efectiva			
	Esboço de actividades			
C-III	Orientação e promoção do uso da informação			
	Orientação			
	Encorajamento à participação			
	Relacionamento de recursos com o curriculum			
	Motivação e estimulação			
	Aconselhamento de professores sobre o material			
	Utilização de outras instituições			

apud

HANNESDOTTIR, Sigrun Klara, compil., edit.

School librarians : guidelines for competency requirements. - ed. revista. Haia : IFLA - Section of School Libraries, 1995

Manifesto da UNESCO

Origens do Manifesto

1976 : a Comissão Australiana da UNESCO promoveu um seminário sobre *Planeamento e Desenvolvimento de Bibliotecas Escolares*. Uma das recomendações desse seminário refreia a preparação de um “Manifesto das Bibliotecas escolares “ semelhante ao “Manifesto das Bibliotecas Públicas” da UNESCO.

1978 : a Comissão Australiana da UNESCO envia um esboço preliminar deste documento, preparado pela Associação Australiana de Bibliotecas Escolares, ao Secretariado da UNESCO.

1980 : esta questão foi discutida no Encontro da Secção de Bibliotecas Escolares da IFLA (international Federation of Library Associations), em Manila, recebendo apoio e aprovação unânimes. Em Novembro deste ano, a UNESCO confirma o Manifesto como seu documento oficial.

As Guidelines citadas apoiam a promoção deste Manifesto, e podem ser solicitadas à IFLA, Secção de Bibliotecas escolares, ou à UNESCO, Division of PGI, 7, Place de Fontenoy, 75 700 Paris, França.

MANIFESTO DA UNESCO SOBRE MEDIATECAS ESCOLARES

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura foi fundada para promover a paz e a felicidade, agindo sobre o espírito dos homens e das mulheres. O presente Manifesto proclama que os serviços das mediatecas escolares são essenciais para uma efectiva educação de todas as crianças e adolescentes, e que a educação é um agente vital na manutenção da paz e do entendimento entre povos e nações.

Serviço de Mediatecas Escolares

Um efectivo serviço de mediatecas escolares é essencial para o cumprimento do projecto educativo de escola e uma componente necessária do conjunto de serviços de bibliotecas. Um serviço eficaz de mediateca escolar deverá :

- dar apoio constante ao programa de ensino e aprendizagem e propiciar mudanças na educação ;
- assegurar o máximo acesso a uma gama de recursos e serviços tão vastos quanto possível;
- fornecer aos estudantes as capacidades básicas para obter e usar a máxima diversidade de recursos e de serviços ;
- habituá-los à utilização das bibliotecas, para divertimento, informação e educação contínua.

Para alcançar estes objectivos, a mediateca escolar necessita de :

- pessoal com qualificações profissionais quer em biblioteconomia quer em educação, assistido por pessoal de apoio em número suficiente ;
- colecções adequadas de materiais seleccionados, impressos e audiovisuais ;

- espaço adequado para organizar estes recursos, de modo a assegurar o acesso fácil aos serviços e a sua utilização racional.

Extensão dos serviços

Os serviços da mediateca deverão proporcionar :

- Uma grande variedade de materiais impressos e audiovisuais. Estes materiais precisam de ser avaliados, seleccionados, adquiridos e organizados para uso, de acordo com os procedimentos reconhecidos para facilitar o acesso, assegurar a utilização e evitar a desnecessária duplicação de materiais. A palavra impressa tem sido tradicionalmente aceite registar e comunicar conhecimentos, ideias e informação. Livros, jornais e revistas continuam a ser os recursos mais importantes das bibliotecas escolares. Contudo, a tecnologia criou novas formas de registo que fazem parte, cada vez mais, do acervo da biblioteca. Estas formas incluem a impressão em formatos reduzidos para armazenagem e transporte, filmes, diapositivos, discos, fitas magnéticas audio e vídeo, objectos tácteis, maletas multimedia e “realia” ;
- Materiais que sirvam as necessidades específicas quer das crianças sobredotadas quer das que revelem lentidão na aprendizagem, bem como de outras com situações diferenciadas ;
- Instalações, equipamento e materiais para trabalho individual e para trabalho em grupo ;
- Oportunidades para a satisfação pessoal, o divertimento e o estímulo da imaginação ;
- Recursos para encorajar a pesquisa e o desenvolvimento de técnicas de estudo ;
- Materiais para o aperfeiçoamento profissional dos professores e para a selecção e produção de recursos que apoiem o desenvolvimento curricular, a programação e a avaliação do curriculum.

Partilhando recursos

Este Manifesto reconhece como essencial o envolvimento de toda a comunidade no planeamento do conjunto de serviços de bibliotecas. Tal envolvimento deveria beneficiar todos os grupos envolvidos. O seu principal objectivo é satisfazer as necessidades dos estudantes e professores ; contudo, a mediateca escolar deve ser considerada como um elemento da rede de bibliotecas que pode contribuir para o serviço global das bibliotecas da comunidade, de acordo com os recursos de que dispõe.

in

CARROLL, F. Laverne, e BEILKE, P.F.
 Guidelines for Planning and Organization of
 School Library Media Centre. Paris : UNESCO,
 1979

**IASL
ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS
ESCOLARES**

Declaração Sobre Bibliotecas Escolares

Introdução

Na Conferência Mundial de Assembleias de Profissionais de Educação, no final dos anos sessenta, os delegados interessados em bibliotecas escolares encontraram-se para discutir as suas preocupações comuns. Estes encontros conduziram, primeiro, à criação de um comité ad hoc da Confederação Mundial dos Profissionais de Ensino (WCOTP) e, depois, na Jamaica em 1971, à fundação da Associação Internacional de Bibliotecários Escolares enquanto Membro Internacional Associado da WCOTP.

Durante 1980 e 1981, a Associação trabalhou na produção de um importante documento sobre bibliotecas escolares e centros de recursos. O texto redigido circulou pelos membros da organização da WCOTP, em Março de 1982, tendo sido recolhidos novos comentários. Por fim, a IASL adicionou alterações ao documento.

A redacção apresentada foi, tir desse momento, o resultado de um longo processo de discussão e troca de pontos de vista. O Comité Executivo da WCOTP recomendou a sua adopção enquanto declaração política da WCOTP, na Assembleia de Delegados em 1984. A Direcção da IASL aceitou-a em 1984.

A IASL reviu esta declaração em 1993, à luz das necessidades de mudança educacional, com particular ênfase na tecnologia da informação. Foi discutida e adoptada pelos seus membros a 29 de Setembro de 1993, em Adelaide, na Austrália.

UMA DECLARAÇÃO POLÍTICA SOBRE BIBLIOTECAS ESCOLARES

O princípio 7 da Declaração dos Direitos da Criança das Nações Unidas declara “a criança tem direito a receber educação, a qual será gratuita e compulsória, pelo menos nos estádios elementares. Ser-lhe-á dada uma educação que promova a sua cultura geral e o torne capaz de desenvolver as suas capacidades, tendo como base a igualdade de oportunidades, o seu julgamento individual e o seu sentido de responsabilidade moral e social, e de se transformar num membro útil da sociedade.”(1)

A expressão “bilibotecário escolar” refere-se a todas as designações utilizadas, tais como professor responsável pela biblioteca/centro de recursos, especialista de media, técnico de informação.

A existência e a utilização da biblioteca escolar é uma parte vital da educação livre e compulsória. A biblioteca escolar é essencial para “o desenvolvimento da personalidade humana bem como do progresso espiritual, moral, social, cultural e económico da comunidade.”(2)

A biblioteca escolar é fundamental para a realização das metas de educação e dos objectivos da escola, que promove através de um programa planeado de aquisição e de organização da tecnologia da informação e da difusão de materiais, a fim de expandir o ambiente educativo a todos os estudantes. Um programa estruturado de utilização da informação, em colaboração com os professores curriculares e com outros educadores, é uma parte essencial da programação da biblioteca escolar.

A biblioteca escolar fornece um largo leque de recursos, impressos e não impressos, incluindo suportes electrónicos e acesso a dados que promovam um conhecimento da própria herança cultural da criança e forneçam a base para uma compreensão da diversidade de outras culturas.

Funções

As funções da biblioteca escolar como um instrumento vital no processo educativo, não enquanto entidade separada e isolada da globalidade da escola, antes envolvida no processo de ensino e aprendizagem. As suas metas podem ser expressas através das seguintes funções :

1. Informativa

fornecer informação de confiança, com acesso rápido e possibilidade de transferência da informação ; a biblioteca escolar deverá ser parte das redes regionais e nacionais de informação;

2. Educacional

promover educação contínua e ao longo da vida através da disponibilização de instalações e de atmosfera adequadas à aprendizagem, da orientação na localização, selecção e utilização de materiais, da aquisição de destrezas no tratamento da informação, em articulação com os conteúdos leccionados e com a promoção da liberdade intelectual ;

3. Cultural

melhorar a qualidade de vida através da apresentação e do apoio da experiência estética, da orientação na apreciação de artes, do encorajamento da criatividade e do desenvolvimento de relações humanas positivas ;

4. Recreativa

manter e alargar uma vida equilibrada e enriquecida e encorajar o emprego útil do tempo de lazer, através do fornecimento de informação recreativa, de materiais e de programas de valor recreativo e do aconselhamento sobre a utilização do tempo de descanso.

Materiais

“Adequação” implica :

- a) conhecimento da tecnologia da informação e comunicação, na sua globalidade ;
- b) variedade, com referência a muitos campos do conhecimento e de actividades recreativas ;
- c) material desenhado para servir crianças, de acordo com o seu desenvolvimento cognitivo , afectivo e psicomotor ;
- d) relevância para o ensino da escola e os programas de aprendizagem ;

- e) carácter apelativo, de acordo com os interesses das crianças ;
- f) utilização da língua materna dos estudantes ;
- g) coerência com os interesses culturais valorizados pela família das crianças ;
- h) ajustamento ao contexto económico.

Instalações

Todas as bibliotecas escolares, do pré-escolar ao secundário, necessitam de espaço adequado onde possam explorar a tecnologia disponível para preparação, processamento e armazenamento de todos os materiais da biblioteca, bem como de espaço que permita aos estudantes e professores a total utilização destes materiais, através da leitura, do visionamento, da audição, da recuperação de informação e da execução do processamento. Os planos deveriam adaptar-se funcionalmente à concepção da arquitectura global da escola, localizada próximo de centros naturais de circulação, de modo a garantir um acesso fácil a todos os utilizadores, incluindo incapacitados e deficientes. Também se podem tecer considerações sobre a utilização da biblioteca fora do horário normal da escola. Há necessidade de flexibilizar e aumentar a esfera de acção, tendo em vista a futura expansão e reorganização do espaço e da utilização, com a previsão adequada de pontos de acesso à energia eléctrica que a permitam. Deve ser dada atenção à iluminação, ao tratamento acústico do chão e do tecto, ao controlo da temperatura e da humidade, ao mobiliário e a estantes adequadas à idade dos utilizadores.

Pessoal

O estabelecimento da biblioteca escolar requer que todas as pessoas que a utilizem aprendam de que forma ela pode ser efectiva e eficientemente utilizada. Os gestores fornecem a chefia para tal utilização. A preparação destes gestores, bem como de todos os professores, deverá incluir informação sobre o papel da biblioteca escolar no processo de aprendizagem e na planificação e concretização das actividades lectivas. O gestor deverá estar consciente da perícia única da biblioteconomia, de que os bibliotecários escolares carecem, além da sua formação profissional enquanto professores, a fim de coordenarem efectivamente o desempenho do programa da biblioteca da escola, de modo a que os estudantes possam utilizar melhor os materiais e as instalações da biblioteca. O gestor deverá estar consciente dos benefícios educativos de um planeamento cooperativo e do programa de ensino dentro da escola.

A Associação Internacional de Bibliotecários Escolares defende que os bibliotecários escolares sejam professores qualificados que tenham, adicionalmente, completado estudos profissionais de biblioteconomia. Este tipo de preparação assegura que os professores recebam ajuda de, e ensinem em cooperação com, pessoal profissional que compreende os princípios e as práticas pedagógicas, o programa educativo e a prática da escola de crianças. Esta cooperação com os professores pode interessar : o desenvolvimento do curriculum, as actividades educativas oferecidas à criança pela escola, e ainda um planeamento a curto e longo prazo relativo à utilização de materiais, à tecnologia e ao equipamento de informação e ao desenvolvimento da perícia no tratamento da informação para a educação da criança.

Educação para toda a vida, Perícia e Desenvolvimento da Literacia

A perícia adquirida pelo aluno através da biblioteca escolar fornece à criança meios de se adaptar a uma larga variedade de situações, permitindo que a educação seja contínua, ao longo da vida, mesmo em condições adversas. A biblioteca escolar promove a literacia através do desenvolvimento e do encorajamento da leitura para fins educativos e de divertimento. A leitura, as actividades de observação e de escuta, tudo estimula e reforça o interesse da criança pela leitura.

Adicionalmente, é oferecida ao estudante uma visão interna do alcance total da tecnologia da informação e da comunicação, tal como está disponível ; é-lhe oferecida formação na utilização desta tecnologia, de modo a localizar e avaliar a informação para responder a necessidades e interesses educacionais e de lazer, embora sendo capaz de construir mensagens visuais, registadas, audio-visuais e electrónicas adequando-as a fins de comunicação. Esta perícia promove a aprendizagem ao longo da vida. A aquisição desta perícia permite à criança continuar a aprendizagem autónoma, mesmo onde a educação é interrompida por desastres naturais e perturbação social.

Todos os sistemas educativos deverão ser encorajados a alargar o contexto educativo para além do livro de texto (manual) e dos professores, até à biblioteca escolar. Os bibliotecários escolares deverão cooperar com o pessoal das bibliotecas públicas e de outros centros de informação da comunidade, a fim de permitir a partilha dos recursos informativos da comunidade.

Governo e Apoio Público

O estabelecimento de boas bibliotecas escolares pode demonstrar que as autoridades públicas estão a cumprir as suas responsabilidades para promover a educação, que permitirá às crianças tornarem-se membros úteis da sociedade em geral e desenvolver o potencial de cada um em particular. Uma boa biblioteca escolar com um bibliotecário escolar qualificado é um factor principal no desenvolvimento da qualidade da educação. A biblioteca escolar pode fornecer materiais e fontes de informação para pais e instituições, para serem utilizados ao serviço das necessidades das crianças em casa, em ambiente pré-escolar, escolar e pós-escolar.

Para as sociedades e autoridades públicas se esforçarem por promover a educação da criança, uma das realizações mensuráveis que pode ser observada é o fornecimento de materiais para a educação. A sociedade que investe em bibliotecas escolares para as crianças, investe no seu próprio futuro.

- (1) Aprovado por unanimidade pela Assembleia Geral das Nações Unidas, 20.11.1959
- (2) Princípio Orientador da Recomendação da UNESCO/OIT para o Estatuto dos Professores.

International Association of School Librarianship (IASL)

Suite 300, Box 34069, Seattle, WA 98124-1069, USA

Fax: 1-604-925 0566

Email: iasl@rockland.com

url : www.rhi.is/anne/iasl.html

Anexo V

Rede de Bibliotecas Escolares, 1998

Quadro A : Nº de Escolas na Rede

Direcção Regional	Concelho	Escolas por concelho			Escolas por Direcção Regional		
		1997	1998	Total	1997	1998	Total
Norte	Alijó		3	3	31	36	67
	Guimarães	8	8	16			
	Matosinhos	5	7	12			
	Paços de Ferreira	3	6	9			
	Ponte de Lima	5	2	7			
	Porto		4	4			
	V. Nova Famalicão	5	5	10			
	Vila Verde	5	1	6			
Centro	Arganil	4		4	11	8	19
	Covilhã		5	5			
	Lousã	4		4			
	Miranda do Corvo		3	3			
	Soure	3		3			
Lisboa	Almeirim		3	3	28	33	61
	Barreiro	8	6	14			
	Oeiras	8	6	14			
	Seixal	8	5	13			
	Setúbal	4	7	11			
	V. Franca de Xira		6	6			
Alentejo	Beja	8	2	10	11	5	16
	Castro Verde	3					
	Montemor-o-Novo		3	3			
Algarve	Faro		5	5	7	11	18
	Portimão	7	6	13			
Totais	24 Concelhos (16 /1997 + 8 /1998)			Escolas	88	93	181

Quadro B : Escolas na Rede e Escolas correspondentes (1998)

Direcção Regional	Concelhos na Rede	Escolas na Rede	Escolas Correspondentes
Norte	8	67	17
Centro	5	19	12
Lisboa	6	61	33
Alentejo	3	13	2
Algarve	2	16	1
Total	24	181	65

Quadro C : Escolas na Rede por Ciclos de Ensino (1998)

Direcção Regional	EBI	EB1	EB2	EB2,3	Esc. Secundárias
Norte		39		22	6
Centro	1	6		7	5
Lisboa	2	27	1	17	14
Alentejo		7	1	4	4
Algarve		8		6	4
Total	3	87	2	56	33

Quadro D : Lista das Escolas na Rede (1997 + 1998)

Direcção Regional	Concelho	Ano	Escola
Norte	Alijó	1998	EB1 de Alijó
			EB2,3 D. Sancho II / ES Alijó
			EB2,3 do Pinhão
	Guimarães	1997	EB1 de Campelos
			EB1 de Cruzeiro/Gondar
			EB1 nº 2 de Guimarães
			EB1 nº 3 das Taipas
			EB1 nº 3 de Samar/Toledo
			EB2,3 de Briteiros
		1998	EB2,3 de Samar/Lordelo
			Esc. Sec. Martins Sarmento
			EB1 de Briteiros
			EB1 nº18 de Guimarães
			EB1 nº2 de Ribeira
			EB1 nº21 de Guimarães
Matosinhos	1997	EB1 nº3 do Calvário	
		EB2,3 de Fermentões	
		EB2,3 João de Meira	
	1998	EB2,3 S. Torcato	
		EB1 nº1 de Cruz de Pau	
		EB1 nº2 de Cruz de Pau	
EB1 de Perafita			
EB1 nº4 de Matosinhos			
EB2,3 António Nobre			
Paços de Ferreira	1997	EB1 nº2 de Igreja S. Mamede Infesta	
		EB1 nº2 de Leça da Palmeira	
		EB1 Praia de Angeiras	
	1998	EB1 S. Mamede de Infesta (Igreja 1)	
		EB2,3 Cruz de Pau	
		EB2,3 de Guifões	
Paços de Ferreira	1997	EB2,3 de Lavra	
		EB1 de Gilde	
		EB1 Freamunde	
	1998	EB1 nº 1 de Paços de Ferreira (sede)	
		EB1 Central 1	
		EB1 de Costada-Lanhoso	
Norte	Paços de Ferreira	1998	EB1 Mirelo
			EB2,3 de Eiriz
			EB2,3 de Paços de Ferreira
			EB2,3 Dr. Manuel P. de Vasconcelos

(cont.)

	Ponte de Lima	1997 <i>EB1 de Ponte Lima</i> <i>EB2,3 António Feijó</i> <i>EB2,3 de Arcozelo</i> <i>EB2,3 de Freixo</i> <i>Esc. Sec. de Ponte de Lima</i> <i>EB1 da Igreja-Vitorino de Piães</i> <i>EB1 de Rebordões</i>
	Porto	1998 <i>EB1 nº115 do Porto</i> <i>EB1 nº150 do Porto</i> <i>EB1 nº65 do Porto</i> <i>EB2,3 de Areosa</i>
	Vila Nª Famalicão	1997 <i>EB1 de Avenida</i> <i>EB1 de Mogege</i> <i>EB1 nº 2 da Estalagem</i> <i>EB1 nº 2 de Vila Nª Famalicão</i> <i>EB2,3 de Júlio Brandão</i> 1998 <i>EB1 nº15 de Louredo-Calendário</i> <i>EB1 nº2 de Aldeia Nova-Ribeirão</i> <i>Esc. Sec. Camilo Castelo Branco</i> <i>Esc. Sec. D. Sancho I</i> <i>Esc. Sec. Pe. Benjamim Salgado</i>
	Vila Verde	1997 <i>EB1 de Vila Verde</i> <i>EB1 nº 1 de Bom Sucesso</i> <i>EB2,3 de Vila Verde</i> 1997 <i>EB2,3 do Prado</i> <i>Esc. Sec. de Vila Verde</i> 1998 <i>EB2,3 de Moure</i>
Centro	Arganil	1997 <i>EB1 nº1 de Arganil</i> <i>EB2,3 de Arganil</i> <i>EB2,3 de Coja</i> <i>Esc. Sec. de Arganil</i>
	Covilhã	1998 <i>EB1 nº1 da Covilhã</i> <i>EB2,3 de Tortosendo</i> 1998 <i>EB2,3 Pêro da Covilhã</i> <i>Esc. Sec. Frei Heitor Pinto</i> <i>Esc. Sec. nº3</i>
	Lousã	1997 <i>EB1 nº1 da Lousã</i> <i>EB1 nº2 da Lousã</i>
Centro	Lousã (cont.)	1997 <i>EB2,3 da Lousã</i> <i>Esc. Sec. da Lousã</i>

	Miranda do Corvo	1998 <i>EB1 nº1 de Miranda do Corvo</i> <i>EB2,3 José Falcão</i> <i>EBI Dr. Ferrer Correia</i>
	Soure	1997 <i>EB1 de Granja do Ulmeiro</i> <i>EB2,3 de Soure</i> <i>Esc. Sec. de Soure</i>
Lisboa	Almeirim	1998 <i>EB1de Almeirim</i> <i>EB2,3 Febo Moniz</i> <i>Esc. Sec. Marquesa de Alorna</i>
	Barreiro	1997 <i>EB1 nº1 da Telha Nova</i> <i>EB1 nº1 e nº2 do Barreiro</i> <i>EB1 nº7 do Barreiro</i> <i>EB1 nº9 do Barreiro</i> <i>EB2,3 da Quinta da Lomba</i> <i>EB2,3 da Quinta Nova da Telha</i> <i>Esc. Sec. de Casquilhos</i> <i>Esc. Sec. de St. André</i> 1998 <i>EB1 nº2 do Lavradio</i> <i>EB1 nº3 do Barreiro</i> <i>EB1 nº3 do Lavradio</i> <i>EB2,3 de Álvaro Velho</i> <i>EB2,3 Pe. Abílio Mendes</i> <i>Esc. Sec. do Alto do Seixalinho</i>
	Oeiras	1997 <i>EB1 de Outurela/Carnaxide</i> <i>EB1 nº1 de Carnaxide</i> <i>EB1 nº1 de Linda-a-Velha</i> <i>EB2,3 de Miraflores</i> <i>EB2,3 de Vieira da Silva</i> <i>EBI de Outurela/Portela</i> <i>Esc. Sec. Camilo Castelo Branco</i> <i>Esc. Sec. de Miraflores</i> 1998 <i>EB1 nº1 de Algés</i> <i>EB1 nº4 de Paço d'Arcos</i> <i>EB2,3 Conde de Oeiras</i> <i>EB2,3 Dr. Joaquim de Barros</i> <i>Esc. Sec. de Linda-a-Velha</i> <i>Esc. Sec. Luís de Freitas Branco</i>
Lisboa	Seixal	1997 <i>EB1 nº1 de Corroios</i> <i>EB1 nº2 de Corroios</i> <i>EB1 nº3 de Corroios</i> <i>EB1 nº5 de Corroios</i> <i>EB1 nº7 de Corroios</i>

		<p><i>EB2,3 de Corroios (biblioteca que serve a EB1 nº6 de Corroios)</i> <i>Esc. Sec. Dr. João de Barros</i> <i>Esc. Sec. José Afonso</i></p>
		<p>1998 <i>EB1 do Casal do Marco</i> <i>EB1 nº1 do Fogueteiro (Amora)</i> <i>EB2,3 António Augusto Louro</i> <i>EB2,3 Cruz de Pau</i> <i>Esc. Sec. Alfredo dos Reis Silveira</i></p>
Setúbal		<p>1997 <i>EB1 Brejos dos Clérigos</i> <i>EB1 nº2 de Setúbal (Arcos)</i> <i>EB2,3 de Azeitão</i> <i>Esc. Sec. do Viso</i></p>
		<p>1998 <i>EB1 nº10 de Setúbal</i> <i>EB1 nº11 de Setúbal</i> <i>EB1 nº3 de Faralhão</i> <i>EB2 de Luísa Todi</i> <i>EB2,3 de Aranguez</i> <i>EB2,3 do Bocage</i> <i>Esc. Sec. D.João II</i></p>
V. Franca de Xira		<p>1998 <i>EB1 nº 1 de V.F. Xira</i> <i>EB1 nº3 de Vialonga</i> <i>EB2,3 de Vialonga</i> <i>EB2,3 Dr. Vasco Moniz</i> <i>EB1 do Bom Sucesso</i> <i>Esc. Sec. Forte da Casa</i></p>
Alentejo	Beja	<p>1997 <i>EB1 Cabeça Gorda</i> <i>EB1 nº2 de Beja (Escola do Salvador)</i> <i>EB1 nº4 de Beja</i> <i>EB1 nº6 de Beja (Patronato)</i> <i>EB1 nº8 de Beja</i> <i>EB2,3 Mário Beirão</i> <i>EB2,3 Santa Maria</i> <i>Esc. Sec. Diogo de Gouveia</i></p>
		<p>1998 <i>EB2,3 Santiago Maior de Beja</i> <i>Esc. Sec. D. Manuel I</i></p>
Alentejo	Castro Verde	<p>1997 <i>EB1 de Castro Verde</i> <i>EB2 Dr. António Francisco Colaço</i> <i>Esc. Sec. de Castro Verde</i></p>
	Montemor-o-Novo	<p>1998 <i>EB1 nº1 de Montemor-o-Novo</i> <i>EB2,3 S. João de Deus</i> <i>Esc. Sec. de Montemor-o-Novo</i></p>

Algarve	Faro	1998 <i>EB1 nº1 de Faro</i> <i>EB1 nº2 de Faro</i> <i>EB2,3 José J. Neves Júnior</i> <i>Esc. Sec. João de Deus</i> <i>Esc. Sec. Pinheiro e Rosa</i>
	Portimão	1997 <i>EB1 nº1 de Portimão</i> <i>EB1 nº2 de Portimão</i> <i>EB1 nº3 de Portimão</i> <i>EB2,3 D. Martinho Castelo Branco</i> <i>EB2,3 Pedra Mourinha</i> <i>EB2,3 Prof. José Buisel</i> <i>Esc. Sec. Manuel Teixeira Gomes</i> 1998 <i>EB1 de Alvor</i> <i>EB1 de Mexilhoeira Grande</i> <i>EB1 nº5 de Portimão</i> <i>EB2,3 D. João II (Alvor)</i> <i>EB2,3 de Mexilhoeira Grande</i> <i>Esc. Sec. António Aleixo</i>

Quadro E : Lista das Escolas Correspondentes (1998)

Direcção Regional	Concelho	Escola	
Norte	Miranda do Douro	<i>EB2 de Miranda do Douro</i>	
	Esposende	<i>EB2,3 de Apúlia</i>	
	Barcelos	<i>EB2,3 de Manhente</i>	
	Sta. Maria da Feira	<i>EB2,3 de Arrifana</i>	
	Viana do Castelo	<i>EB2,3 e Sec. Viana do Castelo</i>	
	Espinho	<i>EB2 de Domingos Capela</i>	
	Braga	<i>EB2,3 de Gualtar</i>	
	Guimarães	<i>EB2,3 de S. João da Ponte (Caldas das Taipas)</i>	
	Póvoa do Varzim	<i>EB2,3 e Sec. Rates</i>	
	Chaves	<i>Esc. Sec. Dr. Júlio Martins</i>	
	Sto. Tirso	<i>EB2,3 de S. Romão do Coronado</i>	
	Porto	<i>Esc. Sec. António Nobre</i>	
	Sto. Tirso	<i>EBI de S. Martinho do Campo</i>	
	Monção	<i>Esc. Sec. Monção</i>	
	Matosinhos	<i>EB2,3 e Sec. Custóias</i>	
	Porto	<i>Esc. Sec. Cerco</i>	
	Porto	<i>Esc. Sec. Garcia de Orta</i>	
	Centro	Vouzela	<i>EB2 de Vouzela</i>
		Pombal	<i>EBI de Gualdim Pais (Charneca)</i>
Ansião		<i>EB2,3 e Sec. Avelar</i>	
Idanha-a-Nova		<i>EB2,3 e Sec. José Silvestre Ribeiro</i>	
Nelas		<i>Esc. Sec. Nelas</i>	
Sertã		<i>EB2,3 e Sec. Pe. António L. Farinha</i>	
Tondela		<i>EB2,3 de Tondela</i>	
Ovar		<i>EB2,3 de Ovar</i>	
Coimbra		<i>Esc. Sec. Quinta das Flores</i>	
Leiria		<i>EB2,3 de Marrazes</i>	
Leiria		<i>Esc. Sec. Afonso Lopes Vieira</i>	
Leiria		<i>Esc. Sec. Domingos Sequeira</i>	
Lisboa	Abrantes	<i>Esc. Sec. Dr. Manuel Fernandes</i>	
	Alenquer	<i>EBI do Carregado</i>	
	Almada	<i>EB2 do Monte da Caparica</i>	
	Almada	<i>Esc. Sec. Nº2 do Laranjeiro</i>	
	Amadora	<i>EB2,3 Dr. Francisco Manuel de Melo</i>	
	Azambuja	<i>EBI de Azambuja</i>	
	Benavente	<i>Esc. Sec. Benavente</i>	
	Bombarral	<i>Esc. Sec. Bombarral</i>	
	Cacém	<i>Esc. Sec. Matias Aires</i>	
	3 Cascais	<i>Esc. Sec. Frei Gonçalo de Azevedo</i>	

	Cascais	<i>Esc. Sec. Ibn Mucana</i>
	Chamusca	<i>EB2,3 e Sec. Chamusca</i>
	Gavião	<i>EB2,3 e Sec. De Gavião</i>
	Lisboa	<i>EB2 de Damião de Góis</i>
	Lisboa	<i>Esc. Sec. Passos Manuel</i>
	Lisboa	<i>Esc. Sec. Lumiar</i>
	Lisboa	<i>Esc. Sec. Vitorino Nemésio</i>
	Lisboa	<i>EB2,3 João Gonçalves Zarco-Algés</i>
	Lisboa	<i>EB2,3 Marquesa de Alorna</i>
	Loures	<i>EB2 da Pontinha</i>
	Loures	<i>Esc. Sec. Braancamp Freire-Pontinha</i>
	Loures	<i>Esc. Sec. Nº2 da Portela-Sacavém</i>
	Loures	<i>EB2,3 de Póvoa de Sto. Adrião</i>
	Loures	<i>EB2,3 Bartolomeu Dias-Sacavém</i>
	Moita	<i>Esc. Sec. Baixa da Banheira</i>
	Oeiras	<i>Esc. Sec. Quinta do Marquês</i>
	Oeiras	<i>Esc. Sec. Aquilino Ribeiro</i>
	Oeiras	<i>EB2,3 da Galiza-S.João do Estoril</i>
	S.Martinho do Porto	<i>EB2,3 e Sec. S. Martinho do Porto</i>
	Sintra	<i>Esc. Sec. Mem Martins</i>
	Sintra	<i>Esc. Sec. Leal da Câmara-Rio de Mouro</i>
	Sintra	<i>EB2,3 Padre Alberto Neto-Rio de Mouro</i>
	Tomar	<i>EB2,3 Gualdim Pais</i>
Alentejo	Nisa	<i>EB2,3 de Nisa</i>
	Mértola	<i>EB2,3 e Sec de Mértola</i>
Algarve	S. Brás de Alportel	<i>EB2,3 Poeta Bernardo Passos</i>

*Dados fornecidos pelo Gabinete
Coordenador da Rede de
Bibliotecas Escolares (1998)*

Anexo VI

Endereços Úteis

**Associação Portuguesa de
Bibliotecários Arquivistas e
Documentalistas
BAD**
Grupo de Trabalho
Documentação e
Informação Escolar

R. Morais Soares, 43 C-1º dto. 1900 LISBOA
Tel. 01-8154479 Fax. 01-8154508
www.sdum.uminho.pt/bad/gtdie.html
badbn@mail.telepac.pt

**Associação de Telemática
Educativa
EDUCOM**

<http://educom.sce.fct.unl.pt/educom/>
jcf@educom.fct.unl.pt

**Associação Educação e
Media
AEM**

Escola Superior de Educação Estefanilha 2910 SETÚBAL
Tel. 065-751705 Fax. 065-751705
esesetbl@mail.telepac.pt

**Conselho Científico-
Pedagógico da Formação
Contínua
CCPFC**

R. Nossa Senhora do Leite, nº 7, 2º - Apt. 2168 4700 BRAGA
Tel. 053-218214

**Direcção Regional de
Lisboa
DREL**

Praça de Alvalade, 12 1700 LISBOA
Tel. 01-8470130 Fax. 01-8499913

**Direcção Regional do
Alentejo**

R. Alcárcova de Baixo 7000 ÉVORA
Tel. 066-28877 Fax. 066-20345
www.drealentejo.pt
drealentejo@mail.telepac.pt

- Direcção Regional do Algarve** Largo do Campo da Feira. Apartado 452 8000 FARO
Tel. 089-826994 Fax. 089-826819
www.drealgarve.min-edu.pt
- Direcção Regional do Centro DREC** R. General Humberto Delgado, 319 3000 COIMBRA
Tel. 039-401818 Fax. 039-20603
www.drec.min-edu.pt
drecmaster@drec.min-edu.pt
- Direcção Regional do Norte DREN** R. António Carneiro, 8 4300 PORTO
Tel. 02-5101100 Fax. 02-5103151
www.dren.min-edu.pt
dren@dren.min-edu.pt
- FOCO** *Delegações na área geográfica de cada Direcção-Regional*
www.prodep.min-edu.pt/prodep/foco
foco@min-edu.pt
- IBBY- Secção Portuguesa** R. de S. Domingos à Lapa, 17 1200 LISBOA
S.
- International Association of School Librarianship IASL** Suite 300, Box 34069, Seattle, WA 98124-1069, USA
Fax. 1-604-925 0566
www.rhi.hi.is/~anne/iasl.html
iasl@rockland.com
- International Federation of Library Associations IFLA** Ms Alexandra Papazoglou
Hellenic American Educational Foundation
Athens College Library
P.O. Box 65005
ATHENS - Psyhiko 15410 GREECE
- Section of School Libraries and Resources Centers** Tel. (30)(1)6748152 Fax. (30)(1)6773275
www.nlc-bnc.ca/ifla/VII/sl
libac@ns.haef.gr
- Littera** Instituto de Educação e Psicologia

Universidade do Minho
4719 BRAGA
Tel. 053-604100 Fax. 053-678956
www.iep.uminho.pt/littera

Programa Nónio Av. 24 de Julho, 140 1250 LISBOA
www.dapp.min-edu.pt/nonio

Rede das Bibliotecas Av. 5 de Outubro, 107 1050 LISBOA
Escolares (Gabinete Tel. 01-950330 Fax. 01-933618
Coordenador) rbe@dapp.min-edu.pt

Unidade de Apoio à Rede Av. dos Combatentes 43-A 10ºB 1600 LISBOA
de Telemática Educativa - Tel. 0808-200075 Fax. 0808-200076
Uarte www.uarte.mct.pt
info@uarte.mct.pt